

Thomaz Corrêa Farqui

# Provas nas ações civis públicas

Restrições à prova e a defesa  
dos direitos difusos em juízo

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Thomaz Corrêa Farqui

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F238p

Farqui, Thomaz Corrêa

Provas nas ações civis públicas : restrições à prova e a defesa dos di-  
reitos difusos em juízo / Thomaz Corrêa Farqui. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2020.

320 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 297-306.

ISBN 978-65-5510-332-8

1. Direito processual. 2. Direito à prova. 3. Direito difuso. 4. Ação civil  
pública. 5. Proporcionalidade. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Noções Históricas.....	5
1.1 Antiguidade.....	5
1.2 Decadência do direito probatório: Idade Média .....	9
1.2.1 Ordálias .....	14
1.2.2 Duelo.....	18
1.2.3 Juramento.....	21
1.3 Superação dos meios metafísicos: a evolução do direito probatório ...	27
1.4 Direito probatório: da modernidade à atualidade .....	32
Capítulo 2 – Provas .....	37
2.1 Conceito.....	37
2.2 Prova e verdade .....	46
2.3 Meios de prova.....	69
2.3.1 Distinção entre meios de prova e outros institutos processuais: presunções, indícios e máximas de experiência .....	73
2.3.2 Meios de prova típicos .....	81
2.3.3 Meios de prova atípicos .....	83
2.4 Fonte de prova .....	85
2.5 Objeto da prova .....	86
2.6 Classificação das provas .....	93
2.7 Natureza jurídica das normas de Direito Probatório.....	98
2.8 Fases da atividade probatória .....	103
2.8.1 Admissibilidade da prova .....	103
2.8.2 Valoração das provas.....	107

Capítulo 3 – Colisão de Direitos Fundamentais.....	115
3.1 Direitos fundamentais .....	115
3.2 Regras e princípios de direito fundamental .....	117
3.3 Multiplicidade de direitos fundamentais: concorrência e colisão.....	121
3.4 Conflitos entre regras .....	124
3.5 Colisão de princípios .....	126
3.6 Leis e medidas restritivas de direitos fundamentais .....	136
3.7 Limites às restrições: garantia do conteúdo mínimo essencial .....	142
3.8 Restrição e conformação do direito fundamental.....	146
3.9 Colisão: solução pela ponderação .....	148
3.9.1 Princípio da proporcionalidade: origem, fontes normativas e natureza .....	149
3.9.2 Princípio da proporcionalidade: aplicação .....	152
3.9.3 Princípio da proporcionalidade e controle dos Poderes .....	158
Capítulo 4 – Direito à Prova .....	163
4.1 Fundamentos e características .....	163
4.2 Conteúdo e exercício do direito à prova .....	167
4.3 Restrições ao direito à prova.....	169
4.3.1 Espécies de restrição ao direito à prova .....	174
4.3.2 Conformação e restrição do direito à prova.....	180
4.3.3 Prova ilícita .....	185
4.3.3.1 Origem e fundamento .....	185
4.3.3.2 Delimitação conceitual .....	189
4.3.3.3 Admissibilidade .....	194
4.3.3.4 Prova ilícita e proporcionalidade.....	199
4.3.3.5 Consequências da admissão ou inadmissão .....	204
4.3.3.5.1 Descontaminação do julgado .....	205
4.3.3.6 Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	208

4.3.3.7 Lei de abuso de autoridade: inconstitucionalidade da vedação do uso das provas ilícitas.....	212
4.4 Direito à prova, colisão de direitos e proporcionalidade.....	215
4.4.1 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da adequação...	218
4.4.2 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da necessidade.....	220
Capítulo 5 – Contornos da Atividade Probatória na Ação Civil Pública para a Tutela de Direitos Difusos .....	223
5.1 Direitos ou interesses .....	223
5.2 Direitos fundamentais coletivos .....	225
5.2.1 Direitos difusos .....	230
5.3 Instrumentos processuais de tutela dos direitos coletivos .....	234
5.3.1 Evolução histórica .....	234
5.3.2 Microsistema regente do processo coletivo .....	239
5.4 Ação civil pública .....	242
5.4.1 Definição.....	242
5.4.2 Características gerais .....	245
5.4.3 Particularidades das provas nas ações civis públicas.....	247
5.4.3.1 Poder instrutório do juiz.....	247
5.4.3.2 Prova científica .....	253
5.4.3.2.1 Custeio da prova científica .....	256
5.4.3.2.2 Prova estatística.....	262
5.4.3.3 Ônus da prova.....	265
5.4.3.4 Coisa julgada secundum eventum probationis.....	270
5.4.4 Proporcionalidade e direito à prova nas ações civis públicas ...	272
5.4.5 Proporcionalidade dos meios de prova nas ações civis públicas à luz das limitações que deles decorrem .....	280
5.4.6 Provas ilícitas nas ações civis públicas .....	283
Conclusão.....	291
Referências .....	297